

Bancos Comunitários no Contexto Contemporâneo das Periferias Brasileiras

Diogo Marques Tafuri*

Resumo

O presente artigo pretende suscitar reflexões sobre a atuação política e econômica dos Bancos Comunitários nos bairros de periferia urbana brasileiros, a partir da problematização de sua relação com as dinâmicas sociais que perpassam a produção da vida cotidiana em tais territórios. Para tanto, por meio da revisão de literatura específica à temática trabalhada, realizamos uma análise conjuntural do fenômeno das periferias no Brasil, relacionando-a com a discussão teórico-conceitual sobre as principais características e possibilidades de atuação dos Bancos Comunitários nos bairros periféricos.

Palavras-chave: Bancos Comunitários; Periferia Urbana; Gestão da Pobreza.

Resumen

Bancos Comunales en el Contexto Contemporáneo de las Periferias Brasileñas - Este artículo tiene como objetivo fomentar la reflexión sobre el papel político y económico de los Bancos Comunales en los barrios de la periferia urbana de Brasil, desde el cuestionamiento de su relación con las dinámicas sociales que constituyen la producción de la vida cotidiana en esos territorios. Para este fin, a través de la revisión de la literatura específica al tema trabajado, se realizó un análisis de la coyuntura del fenómeno de las periferias en Brasil, en relación a la discusión teórica y conceptual de las principales características y las posibilidades de actuación de los bancos comunales en los barrios periféricos.

Palabras clave: Bancos Comunales; Periferia urbana; Gestión de la Pobreza.

Abstract

Community Banks in the Context of Contemporary Brazilian Peripheries - This article aims to encourage reflections on the political and economic role of Community Banks in Brazilian urban periphery, from the questioning of its relationship with the social dynamics that underlie the production of people's life in such territories. To this end, through the literature review, we conducted a situational analysis of the phenomenon of the peripheries in Brazil, relating it to the theoretical and conceptual discussion of the main features and possibilities of performance of community banks in the peripheries.

Keywords: Community Banks; Urban Periphery; Management of Poverty.

*Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). diogotafuri@gmail.com

1. Periferias Urbanas no Brasil Contemporâneo

O processo de urbanização brasileiro modificou-se de maneira significativa desde a década de 1950, quando se acentua o processo de industrialização e modernização capitalista no país. Esse processo acelerado de expansão das grandes cidades brasileiras gerou conflitos entre grupos sociais no que tange ao uso e ocupação de áreas situadas no vetor dessa expansão urbana, em geral com grande potencial econômico e especulativo, o que culminou no remanejamento das populações residentes em tais áreas em direção à territórios urbanos periféricos e carentes de infraestruturas e serviços urbanos. Além disso, o processo histórico de urbanização no Brasil acabou por conformar nas periferias das grandes cidades um enorme contingente populacional que migra do campo rumo às cidades em busca de melhores ou alguma oportunidade de trabalho, se configurando enquanto vultoso contingente de mão de obra voltado para expansão da atividade industrial (CARMARGO et al., 1976).

Em pesquisa que pretendeu compreender questões relacionadas à produção e apropriação do espaço de um bairro periférico do município de São Carlos/ SP, Thaís Troncon Rosa (2008; 2009) revisita de modo panorâmico e crítico todo o campo de estudos constituído em torno das questões urbanas brasileiras, especificamente acerca do fenômeno das favelas e periferias das grandes metrópoles. Partindo de tal análise, afirma que o surgimento do fenômeno urbano das favelas e periferias brasileiras foi acompanhado pela construção e cristalização de uma série de representações sociais que possuíam como denominador comum a visão de que tal forma de produção do espaço urbano significava um grave problema social a ser enfrentado no seio do processo de modernização capitalista brasileiro. Desde então, de acordo com a autora, todo um campo de intervenção – estatal, civil e religioso - e de estudos acadêmicos teria se constituído em torno de tal fenômeno, objetivando tanto a adequação ou mesmo a superação desta forma “degradada” de apropriação do espaço urbano e aquilo que ela representava – locus privilegiado da pobreza, da ausência de infraestrutura urbana, de serviços públicos etc – quanto a melhor compreensão das causas estruturais do fenômeno e também dos modos específicos de manifestação das relações sociais, econômicas e políticas forjadas nestes lugares, os quais foram se constituindo ao longo do século XX enquanto espaço de moradia das classes populares (ROSA, 2008, p.13-36).

No entanto, Rosa (2009) atenta para o modo como tais pesquisas ajudaram não somente à consolidar a ‘favela’ e a ‘periferia’ enquanto objetos de estudo e categorias de análise sobre o espaço urbano brasileiro, mas também a sedimentar uma visão demasiadamente dicotômica sobre as formas de produção e reprodução destes espaços, a qual omitiria certos aspectos referentes às diversidade de práticas e dinâmicas estabelecidas, em condições e contextos variados, entre estes “[...] supostos polos configurados pelos pares conceituais cidade e favela, centro e periferia”

(2009, p.3). Neste sentido, a autora questiona se:

Ao delimitar teoricamente fronteiras demasiado rígidas entre duas formas de produção da cidade – uma “formal”, legalizada e exposta à sociedade e outra “informal”, “ilegal” e, no mais das vezes, periférica – tais abordagens não deixariam escapar a complexidade de relações que caracterizam na prática tais fronteiras? (ROSA, 2009, p.2).

Em contrapartida, segundo Rosa (2009), a recente retomada crítica das inúmeras pesquisas produzidas acerca da temática pela academia brasileira no decorrer da segunda metade do século XX vem servindo como ponto de partida para a realização de uma série de trabalhos que empreendem esforços de reinterpretação das questões urbanas brasileiras, a partir da problematização sobre as permanências e rupturas históricas deste fenômeno e o reconhecimento dos espaços das favelas e periferias enquanto realidades múltiplas e complexas. Assim, novas perspectivas e abordagens “[...] têm procurado demonstrar, descrever e compreender as insuspeitadas transformações pelas quais esses espaços – e as práticas, os processos e os expedientes mobilizados em sua produção – vêm passando nas últimas décadas”, realizando seus estudos “[...] a partir de percursos exploratórios e pesquisas de campo que buscam compreender os espaços urbanos à luz das tramas sociais que os configuram” (ROSA, 2009, p.15).

Assumindo esta perspectiva de investigação e partindo de um estudo etnográfico do distrito de Sapopemba, na zona Leste de São Paulo/SP, no qual buscou problematizar as mediações entre as periferias da cidade e o mundo público, Gabriel De Santis Feltran (2011) analisa as transformações ocorridas nas dinâmicas sociais destes territórios no contexto do Brasil contemporâneo, bem como os deslocamentos temáticos neste campo de estudo, da seguinte forma:

Os pilares da dinâmica social de ocupação destes territórios - a migração, o trabalho fabril, a família operária, a teologia católica e a expectativa de mobilidade ascendente - se deslocaram radicalmente desde os anos 1970. De lá para cá, duas gerações nasceram e cresceram no mundo urbano. Esses novos habitantes da cidade já não são migrantes, como seus pais e avós, nem esperam ser operários; seus arranjos familiares, percursos de vida e modos de inserção produtiva são hoje extremamente heterogêneos; entre eles a escolaridade, o acesso à infraestrutura urbana e a capacidade de consumo cresceram tão significativa quanto desigualmente. O pano de fundo que estes sujeitos inscreveram suas trajetórias foi marcado, portanto, por paradoxos constitutivos: a consolidação da democracia formal foi coetânea à reestruturação produtiva; a ampliação do acesso ao crédito popular foi simultânea à limitação da contrapartida do assalariamento; o

declínio da representatividade dos movimentos populares ocorreu enquanto crescia o acesso às políticas sociais; o trânsito religioso rumo ao pentecostalismo ocorreu junto à consolidação da infraestrutura urbana dos territórios de periferia e, finalmente, a emergência do mundo do crime - e do Primeiro Comando da Capital (PCC) - ocorreu ao mesmo tempo em que se sofisticavam as políticas de segurança em todo país, e se ampliava o encarceramento em São Paulo (FELTRAN, 2011, p.2).

Segundo o autor, o período histórico correspondente ao processo político de redemocratização política brasileira, iniciado no final da década de 1970 e cunhado pela forte atuação dos movimentos sociais, culminou na conquista do resguardo legal dos direitos de cidadania por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesta época, o mundo do trabalho assalariado ainda representava uma perspectiva concreta de ascensão social para a classe trabalhadora que vivia nas periferias dos grandes centros urbanos, e a redemocratização política do país possibilitaria finalmente a tradução dos interesses dos moradores destes bairros na forma de conquista de direitos constitucionais, a partir da publicização de suas demandas sociais por meio da ação dos movimentos sociais organizados, os quais tornaram-se “[...] sujeitos de locução pública de demandas de grupos sociais tradicionalmente privados de legitimidade pública” (FELTRAN, 2010, p.568). No entanto, a mudança da conjuntura política e econômica mundial e o novo modelo neoliberal de acumulação capitalista ensejado por ela coincidiu historicamente com o advento, no plano institucional, do novo regime democrático brasileiro, acarretando internamente um conjunto de transformações políticas e sociais decisivas para a compreensão da nova realidade nacional.

Por um lado, tal conjuntura acabou interferindo de maneira perversa na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, provocando um acentuado aumento das taxas de desemprego e do número de ocupações informais em detrimento da diminuição dos postos de trabalho formal, além de uma queda expressiva no poder de compra dos salários, transformações que significaram, especialmente a partir da década de 1990, “[...] a abertura de um quadro extremamente difícil para os trabalhadores”[1] (LEITE, 2011, p.29). De outro lado, em relação à esfera política, as possibilidades de participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil no bojo do campo político institucional, inscritas na própria Constituição Federal, foram marcadas em um primeiro plano pelo contexto de avanço e consolidação das políticas neoliberais no âmbito da União, cenário de “[...] redefinição conservadora de programas sociais, de caráter compensatório e perfil seletivo e focalizado, desvinculados de uma definição jurídico-legal para a distribuição de benefícios e dissociados de instâncias democráticas de participação e deliberação políticas” (TELLES, 2001, p.157). Num segundo plano, ainda que esta participação no jogo político instituído denotasse a possibilidade de democratização do campo das políti-

cas públicas, os movimentos acabaram afetados pelas contradições inerentes à nova lógica de atuação política que lhes era exigida neste novo cenário, pautada não mais na “[...] combatividade, mas na capacidade de administrar e se articular politicamente” (FELTRAN, 2011, p.29). Desta forma, inseridos de forma subordinada no plano institucional:

O vetor da atuação política das organizações locais nas periferias de São Paulo, na interface entre sociedade e Estado, majoritariamente se inverte nas últimas décadas: estas ações coletivas diminuíram seu papel de mediar o acesso ascendente das demandas sociais populares ao mundo público, como fizeram os movimentos sociais, e passaram majoritariamente a intermediar o contrário, o acesso descendente dos atores relevantes na esfera política aos setores populares (então vistos como “público-alvo”) (FELTRAN, 2011, p.30).

O advento de Lula e do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República no início dos anos 2000 serviu para ampliar as contradições inerentes à este “[...] novo dualismo, que traduz uma ordem social segmentada, que produz um novo tipo de exclusão social, em que à integração precária no mercado se sobrepõe o bloqueio de perspectivas de futuro e a perda de um sentido de pertinência à vida social” (TELLES, 2001, p.91). Se assistimos no decorrer desta década a uma certa recuperação do mercado de trabalho formal e do poder de compra dos salários (LEITE, 2011), também vimos a questão da desigualdade social e da universalização dos direitos de cidadania deixarem o centro do debate político, passando a figurar com força em seu lugar a questão das possibilidades e formas de gestão da pobreza de uma margem residual e não mais integrável da população:

É uma outra forma de gestão do social – gestão das populações pobres, poderíamos dizer, que tende a se realizar em um encapsulamento comunitário ao revés dos princípios universalistas da igualdade e da justiça social e que tem por efeito erodir a própria noção de direitos e cidadania pela neutralização da tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade. E isso projeta as organizações da sociedade civil construídas nos últimos anos [...] no centro mesmo dos embates e desafios atuais. Pois o que está em pauta são precisamente as mediações democráticas construídas, sem as quais a dinâmica associativa sobre a qual essa sociedade civil se estruturou corre o risco de um retraimento comunitário, encapsulado na particularidade de grupos sociais diversos. É esse retraimento e esse encapsulamento que conferem – ou podem conferir – plausibilidade a novas formas de gestão da pobreza, entre a administração técnica das “necessidades

sociais” (mas afinal, o que são essas necessidades? E quem as define?) e discurso humanitário da filantropia que faz apelo a um sentido de solidariedade constitutivo dessa trama associativa, mas bloqueia a sua dimensão política e a reduz aos termos estritos da responsabilidade moral (TELLES, 2001, p.158).

Este modo de compreensão da “nova questão social brasileira”, proposto por Vera da Silva Telles já no final de década de 1990, marcada pela neutralização do campo político democrático e pelas novas formas de gestão do social, termina por “[...] descaracterizar a própria noção de cidadania e direitos: a cidadania passa a ser entendida como participação comunitária e no lugar de sujeitos de direitos, entra em cena a figura do usuário de serviços (TELLES, 2001, p.160). Desta forma, os desdobramentos advindos com o transcorrer do processo histórico de consolidação do sistema democrático constitucional brasileiro implicaram em que o limiar de nossa discussão política contemporânea se centrasse na intersecção existente entre o “mundo público formalmente democrático” e a hierarquização na “distribuição dos lugares sociais”, fronteira que demarcaria de maneira rígida os limites da legitimidade do discurso e da ação política desempenhada pelos diversos atores sociais, restringindo a possibilidade de acesso ao mundo público a uma parte exclusiva da sociedade (FELTRAN, 2011). Ainda de acordo com Feltran, tal estado de coisas “[...] desenha uma fronteira não apenas do direito (o que forçaria o regime político a mostrar-se autoritário), mas do ‘direito a ter direitos’, o que preserva em seu interior a possibilidade da igualdade e da cidadania” (p. 338).

Neste contexto, alguns trabalhos de investigação vem dedicando-se a compreender as diversas formas de manifestação e operação dos mecanismos de gestão social colocados em prática nas periferias urbanas brasileiras, os quais são frequentemente utilizados para arbitrar as relações estabelecidas na fronteira [2] desenhada entre seus moradores e o mundo público. Após a realização da leitura de alguns destes trabalhos que abordam a atual problemática da gestão dos diferentes âmbitos da vida social dos moradores de bairros periféricos, relacionando-a portanto ao controle do trabalho (GEORGES; SILVA, 2008; RIZEK; GEORGES, 2008), do consumo e da renda (SCIRÈ, 2009; 2010), da pobreza (ALMEIDA et al., 2008) e de sua dimensão política (FELTRAN, 2011), passamos a entender estas novas formas de gestão da vida social de grupos historicamente marginalizados como um conjunto de processos de controle exercido por grupos sociais historicamente hegemônicos em um duplo registro: primeiro, como forma de controle dos problemas sociais oriundos e intrínsecos ao modo de produção capitalista, a partir da mitigação dos seus efeitos, ao invés do combate às suas causas; em segundo lugar, trata-se de uma forma de controle dos fluxos econômicos (monetários e materiais), políticos (acesso/reivindicação de direitos e figuração pública das periferias) e sociais (formas de sociabilidade possíveis) existentes no circuito dinâmico das relações estabelecidas entre centro e periferia, de forma a garantir a continuidade (e, portanto,

a viabilidade) do regime de acumulação capitalista sem que se promovam alterações substanciais na hierarquização da estrutura social. Deste modo, convém apresentar sinteticamente as questões trabalhadas pelos autores citados acima, de forma que possamos compreender melhor os elementos e as dinâmicas sociais com as quais os Bancos Comunitários atuantes em bairros de periferia urbana tendem necessariamente a estabelecer relações.

2. Formas de Manifestação da Gestão da Pobreza nas Periferias Urbanas Brasileiras

Em relação às formas de instrumentalização e funcionalização do trabalho a partir da necessidade de geração de renda em bairros de periferias urbanas, ela aparece manifestada tanto em casos em que processos de acumulação privada e de exploração de mão de obra se vinculam a um universo de realização de trabalhos sociais assistencialistas que legitimam, sob a ótica da diminuição da pobreza e com aval do Estado, a própria exploração da exclusão (RIZEK; GEORGES, 2008), como acompanhando o desenvolvimento de redes de subcontratação, via trabalho domiciliar e/ou cooperativo, provenientes do processo de reorganização de setores produtivos próprio do contexto de reestruturação econômica e flexibilização das relações de trabalho (GEORGES; SILVA, 2008). Em ambos os casos, o que se vê “[...] é a constituição de um território produtivo invisível, tanto no nível do reconhecimento das pessoas/sujeitos de suas próprias qualificações e capacidades quanto pelas forças sociais que se beneficiam dessa ‘reserva de mão-de-obra’” (RIZEK; GEORGES, 2008, p.21); além disso, pelo fato de que “[...] o controle sobre o processo de trabalho e sobre o tempo de trabalho está ligado às formas como estas redes de subcontratação são agenciadas” (GEORGES; SILVA, 2008, p.90), mais do que espaços produtivos alternativos ao modelo capitalista, as experiências de trabalho autônomo e/ou cooperativado estão majoritariamente vinculadas às novas formas de precarização e funcionalização da gestão do trabalho, no bojo de seu processo de acumulação.

A ambiguidade, aqui como em outras “situações periféricas” [3], remete à coexistência de processos de mitigação da pobreza, constatado pela melhoria concreta das condições materiais da população empobrecida obtida por meio do incremento da renda, do acesso à infraestrutura urbana e aos equipamentos públicos locais, intimamente articulados com processos de reprodução das desigualdades e das hierarquias sociais. De acordo com Ronaldo de Almeida, Tiara D’ Andrea e Daniel De Lucca (2008), o estudo de comparação etnográfica de pobreza urbanas levou os autores a afirmarem que:

[...] a persistência de precariedades tem como causa e conseqüência a reprodução das distâncias sociais. A nossa hipótese é que estes dois vetores com sentidos contrários estão ar-

ticulados em um mesmo processo social, cuja resultante é o equacionamento entre atenuar e reproduzir. Compreendemos esta equação a partir da articulação de mecanismos sociais transversais aos diferentes universos empíricos observados. São eles: a violência simbólica, a vulnerabilidade política e a qualidade dos vínculos sociais (p. 110-111).

A violência simbólica, para os autores, refere-se à articulação entre visibilidade e estigmatização no espaço social em seus arranjos situados, ou seja, à forma como em cada contexto específico “[...] as representações simbólicas sobre as localidades tanto de seus moradores quanto do restante da cidade, expressas na mídia, na relação com o Estado e na opinião pública” (p. 120), são agenciadas e imprimem sua importância tanto na obtenção ou não obtenção de recursos quanto na manutenção das desigualdades; a vulnerabilidade política diz respeito às relações que cada arranjo estabelece com o Estado, especialmente ao modo como as “[...] práticas estatais alternam-se e articulam simultaneamente segregação e distribuição de recursos” (p. 123), especialmente influenciadas pela dinâmica do jogo eleitoral e pelas inúmeras circunstâncias que estabelecem as condições de exercício das políticas de governo, variantes em cada período histórico; por fim, os autores ressaltam que a qualidade dos vínculos sociais estabelecidos no interior dos circuitos de reciprocidade (família, vizinhança, redes de assistência) possuem grande importância como fatores de proteção ou de limitação à mobilidade social, a depender de cada situação de vulnerabilidade.

No caso das periferias urbanas, um dos circuitos de reciprocidade de vizinhança que vem ganhando força nas últimas décadas está diretamente relacionado à emergência e expansão do “mundo do crime” (FELTRAN, 2011), o que, para além de implicar em disputas de espaço de legitimação nas relações sociais locais, também se oferece como “marco de disputa de legitimidade social” (p. 337) no âmbito público, ao possibilitar a “[...] a retomada da ideologia pública da ‘criminalização’ das periferias e das favelas de São Paulo, que tende a confrontar no senso comum outra figuração ideológica – a da ‘periferia trabalhadora’, ambas totalizantes” (p. 315). Aliado a expansão do “mundo do crime”, conforme discutido anteriormente, há historicamente um deslocamento nítido no papel político dos movimentos associativistas comunitários a partir da constituição de 1988 e da nova conjuntura mundial dos anos 1990: de representantes das identidades e tradutores das reivindicações por direitos universais dos setores populares, boa parte dos movimentos transformaram-se em gestores subordinados de políticas sociais voltadas para uma população-alvo específica. Deste modo, expansão da gestão dos problemas sociais nas periferias urbanas, tomada enquanto mediação não violenta presente nas fronteiras existentes entre as periferias e o mundo público, terminaria por circunscrever estes grupos sociais e suas reivindicações em seu próprio território, o que levaria a um esvaziamento político destas questões. Por fim, conjugada à criminalização presente na figuração pública das

periferias urbanas e à gestão social destes territórios, Feltran (2011) constata a existência de dois tipos distintos e relacionados de modalidades de uso da violência nas mediações estabelecidas entre “centro” e “periferia”: a violência massiva, que “designa o uso da força voltado para uma população”, e a violência política, que refere-se ao “uso da força contra sujeitos específicos que pretendem representar essa população publicamente” (p. 317). Desta forma, de acordo com o autor, no interior destas relações políticas contemporâneas:

[...] as periferias não estariam segregadas de outras dimensões do mundo social, nem do mundo político, embora em diferentes situações seu acesso a ele seja efetivamente limitado, e os critérios dominantes de distribuição da legitimidade social e pública sejam controlados, pela gestão e pela violência (inclusive ilegal), que desbastam parte significativa da possibilidade de indivíduos e ações coletivas destas periferias constituírem-se como sujeitos políticos" (FELTRAN, 2011, p.337).

Em um último registro, o trabalho sobre crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo realizado por Cláudia Scirè (2009; 2010) buscou compreender as mudanças nas relações entre renda, consumo e crédito advindas com a proliferação dos mecanismos de crédito oferecidos aos setores populares no decorrer da década de 1990, especialmente os moradores de periferias urbanas. Segundo Scirè (2010), este aumento da oferta de produtos financeiros à esta parcela da população atendeu, em um primeiro momento, à estratégia dos bancos comerciais e administradoras de cartão de crédito para ampliar seus lucros e resultados. A consolidação da lógica da concessão de crédito a amplos setores da população viria a partir da associação entre bancos, financeiras, redes varejistas e administradoras, parceria que proporcionou finalmente a expansão exponencial da utilização do crédito como meio de pagamento a partir da criação dos cartões de marca própria, o que segundo Scirè possibilitou a emergência do fenômeno de “financeirização nas dinâmicas cotidianas”:

A chegada da financeirização parece, assim, ter alterado em grande medida o gerenciamento do orçamento doméstico e as formas de lidar com a renda, pois permite às famílias multiplicar os recursos disponíveis, os bens adquiridos e as despesas com os mesmos. Se antes o gestão da renda era baseada no esquema poupança-crédito-consumo – onde a poupança era o elemento estruturador da relação – atualmente parece estar-se diante de um outro esquema – crédito-consumo-dívidas – sendo a poupança substituída pelo consumo imediato, baseado num excedente de crédito fornecido pelos cartões. É este ciclo de ‘pagamento de faturas – liberação do cartão – novas compras’ que

caracteriza orçamento de muitos entrevistados (SCIRÊ, 2010, p.73).

A financeirização nas dinâmicas cotidianas permitiu, num primeiro plano, a desvinculação entre renda e consumo, a partir da incitação à lógica do endividamento possibilitada pelo limite de crédito concedido pelos cartões das administradoras e das redes varejistas, e condicionada pela administração correta do balanço financeiro doméstico, o qual vagueia entre as dívidas a pagar e os créditos oferecidos nos diferentes cartões disponíveis no momento. Desta forma, estas práticas de consumo dissociadas dos rendimentos efetivos do trabalho parecem se constituir como um mecanismo de gerenciamento da renda das pessoas, ao induzir indiretamente o consumidor a utilizar cartões de crédito de lojas e redes varejistas específicas. Além disso, “[...] é possível pensar que esta lógica que forja situações de endividamento na pobreza é a responsável por retroalimentar o funcionamento do sistema, possibilitando que a riqueza se acumule e que a pobreza seja mantida, ainda que sob um novo formato” (SCIRÊ, 2010, p.76).

Os trabalhos apresentados sinteticamente acima apontam, cada um a seu modo, questões e elementos presentes nas diversas dinâmicas sociais que integram e atravessam a produção cotidiana da vida nas periferias urbanas das cidades brasileiras. Conforme podemos notar, longe de estarem dicotomicamente apartadas das dinâmicas que compõe o “centro” da vida social urbana, há uma complexa teia de relações econômicas, políticas, culturais e sociais que conectam diretamente os bairros periféricos aos espaços centrais de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos, ainda que de forma controlada e subordinada. Para os fins do presente artigo, cumpre apresentarmos algumas das características gerais das experiências dos Bancos Comunitários no Brasil, relacionadas à sua proposta de reorganização da economia destas regiões da cidade por meio do fortalecimento da produção e do consumo local, bem como explicitar o contexto histórico de surgimento deste tipo de iniciativa em bairros citadinos de periferia, inerentemente relacionados ao modelo marginalizante de produção do espaço urbano brasileiro. A partir de tal explanação, pretendemos apontar e discutir questões relativas à forma como os Bancos Comunitários podem vir a se relacionar com as dinâmicas sociais que perpassam o dia a dia dos moradores dos bairros de periferia, considerando-se especialmente os processos contemporâneos de gestão da pobreza nestes territórios.

3. Bancos Comunitários no Brasil: História, Características Fundamentais e Matrizes Teórico-Conceituais

A primeira experiência brasileira de Banco Comunitário surgiu em Fortaleza/CE, região nordeste do país, no final de década de 1990 (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003). O Banco Palmas se originou a partir da

iniciativa de homens e mulheres que, expropriados de suas moradias na região central da cidade, passam a morar em um bairro periférico do município, o Conjunto Palmeira, e a conviver com condições de vida precárias e com a atuação negligente do poder público. O Conjunto Palmeira se constituiu historicamente enquanto bairro periférico do município de Fortaleza a partir do ano de 1973, tendo suas origens relacionadas com o processo de despejo e remanejamento de pessoas que viviam em áreas de risco ou em localidades situadas na região litorânea da cidade, em ação desempenhada à época pelo poder público municipal por meio da Fundação de Serviço Social de Fortaleza. O local era uma região pantanosa localizada a uma distância de 22 quilômetros do centro comercial de Fortaleza e a implantação do loteamento ocorreu em um fundo de vale, terreno alagadiço coberto por mato e lama que não possuía à época infraestrutura urbana alguma. Por isso a resistência inicial oferecida por muitas pessoas para aceitarem morar no Palmeira (ASMOCONP, 1990).

A partir de 1980, começaram a serem organizadas pelos moradores do Conjunto Palmeira as primeiras mobilizações coletivas do bairro, desencadeada principalmente por conta da precariedade do fornecimento de água e energia elétrica. É dentro de tal contexto que foi criada, no dia 02 de fevereiro de 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), a qual passa a atuar primeiramente na busca da mobilização e participação das pessoas em torno de certas questões públicas relacionadas à infraestrutura urbana do local. Após todas as lutas empenhadas pela Associação de Moradores pela urbanização do Conjunto Palmeira e das conquistas provenientes destas mobilizações, as organizações sociais locais ouviram de diversos moradores que muitos de seus amigos, vizinhos e parentes haviam se mudado do bairro para outros bairros periféricos mais distantes por não terem condições financeiras para arcar com os custos dos serviços públicos advindos do processo de urbanização do bairro (taxas de água, luz, esgoto, telefone, etc). Diante desta realidade, tais organizações se articularam pela criação de um projeto de geração de trabalho e renda que proporcionasse à população do Palmeira as condições necessárias para que permanecessem vivendo no bairro, ao lado de parentes e amigos (ASMOCONP, 1990). A realização do Mapeamento da Produção e do Consumo no bairro permitiu à associação diagnosticar que os 30 mil habitantes do Conjunto Palmeira gastavam mensalmente o montante total aproximado de R\$ 1.500.000,00, ou seja, que o bairro não era pobre porque não tinha dinheiro, mas sim devido à perda da base monetária local provocada pelo consumo realizado quase que exclusivamente fora do bairro, nos grandes centros comerciais (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Foi desta forma que, em 20 de janeiro de 1998, após a realização de diversas reuniões entre a ASMOCONP, produtores e comerciantes locais e moradores de uma forma geral, para que se discutisse e delineasse tanto o formato geral como as diversas especificidades deste projeto de geração de trabalho e renda do Conjunto Palmeira, foi i-

naugurado o Banco Palmas, em solenidade que marcou a fundação do primeiro Banco Comunitário do Brasil (ASMOCONP, 1990). Segundo França Filho e Jeová Silva Júnior (2006):

O Banco Palmas constituiu-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo. A gestão do banco é feita pela própria ASMOCONP e seu quadro de pessoal é constituído, majoritariamente, por moradores voluntários. A filosofia central do Banco está voltada para a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local. Este sistema prioriza a circulação da renda no próprio bairro, através da comercialização dos produtos na comunidade, oxigenando essa rede de solidariedade local. A ideia é de reforçar o conceito de prossumidor, ou seja, nesta realidade a separação entre oferta e demanda ou produção e consumo não faz sentido, sendo prejudicial à própria dinâmica do sistema. A noção de prossumidor sugere assim que os atores sociais desempenham papéis difusos, isto é, atuam ao mesmo tempo como produtores e consumidores. Os produtos do Banco Palmas que compõem a cadeia de amparo aos prossumidores locais são: microcrédito para incentivo a produção; cartão de crédito para consumo; moeda social; e loja solidária (p. 106).

Experiência, portanto, recente no contexto das periferias e favelas urbanas brasileiras, os Bancos Comunitários ainda são tratados de modo incipiente pelos estudos acadêmicos, a despeito do aumento significativo da produção de artigos, teses e dissertações produzidos acerca do tema, especialmente a partir de 2007 (PASSOS, 2007; MATTOS, 2008; SERPA, 2008; PAULINO, 2008; SILVA, 2009; ARAÚJO, 2009; BERGAMIN, 2012). Este aumento verificado se explica, por um lado, pela difusão deste tipo de iniciativa em diversos municípios brasileiros – não somente em periferias urbanas, mas também em pequenas cidades, comunidades rurais etc - principalmente a partir do fomento recebido por meio de políticas públicas específicas para a área de finanças solidárias, executadas no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Estes novos Bancos Comunitários buscam seguir a mesma metodologia utilizada pelo Banco Palmas, e têm sido gerados tanto por meio ações movidas de maneira endógena por comunidades e associações de moradores, como por movimentos estimulados a partir da intervenção das diversas entidades de fomento pertencentes ao movimento de Economia Solidária.

Por outro lado, a difusão deste tipo de iniciativa só foi possível devido ao êxito da experiência pioneira realizada, a partir de 1998, pelo Banco Palmas, e do consequente esforço realizado por seus idealizadores para sistematizar e divulgar tanto a metodologia de atuação dos

Bancos Comunitários como o próprio processo de concretização do projeto. Neste sentido, há uma série de publicações realizadas pela própria equipe do Banco Palmas nas quais são expostos os princípios, conceitos e estratégias inerentes à sua metodologia e problematizadas as possibilidades e os limites da experiência (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003; 2005a; 2005b; 2006). Reconhecidos como uma das principais experiências contemporâneas de Economia Solidária, os Bancos Comunitários estão sendo considerados enquanto iniciativas sui generis de finanças solidárias para o desenvolvimento socioeconômico de territórios economicamente empobrecidos, possuindo três características fundamentais (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006):

- 1) Sua criação é decidida pela própria comunidade, a qual deve realizar a gestão do Banco Comunitário de modo integral e autônomo, independente da natureza das deliberações a serem tomadas; deste modo, depreende-se que a gestão da iniciativa ocorre no interior de estruturas de organização de caráter comunitário, tais como associações ou fóruns locais, implicando numa dimensão compartilhada de responsabilidade “[...] com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta” (p. 8);
- 2) Atuam com o oferecimento de, no mínimo, duas linhas de crédito para os agentes econômicos locais: o crédito de produção, operado em moeda oficial corrente (R\$) e com taxas de juros definidas pela comunidade, destinado especificamente para empreendedores do bairro (prestadores de serviço, produtores e comerciantes), e o crédito de consumo, realizado em moeda social circulante local [4] e no qual não há cobrança de juros. A moeda social é lastreada e indexada em real (R\$), sendo reconhecida e aceita pelos produtores, comerciantes e prestadores de serviços locais e utilizada pelos consumidores que vivem na comunidade;
- 3) O funcionamento simultâneo destas duas linhas de crédito tendem a estimular, ao longo do tempo, o surgimento de uma rede local de produção e consumo, promovendo deste modo um desenvolvimento territorial endógeno.

Para França Filho e Silva Júnior (2006), o que confere singularidade à experiência dos Bancos Comunitários no Brasil é “[...] a capacidade que demonstra a iniciativa em combinar diferentes registros de lógicas na sua gestão, através de uma articulação específica entre dimensões econômica, social e política” (p. 113-114). Vejamos detalhadamente o que implica cada uma das dimensões destacadas pelos autores como sendo parte integrante das práticas desempenhadas pelos Bancos Comunitários nas localidades onde eles atuam, para que em seguida possamos refletir acerca de possíveis consequências analíticas que tais considerações tenham em nossa argumentação:

A **dimensão econômica** [...] promove uma verdadeira construção conjunta da oferta e da demanda, ou seja, as atividades são geradas em função de necessidades reais expressas no bairro. Isto ocorre em razão da preocupação com um desenvolvimento local e sustentável, traduzido na ênfase atribuída a necessidade de consolidar-se uma cadeia socioprodutiva local. O conjunto das atividades elaboradas são assim pensadas de modo integrado, sistêmico. É neste sentido que acredita-se que a demanda e a oferta podem ajustar-se nesta iniciativa. O conceito de prossumidor introduzido pela associação responde exatamente a essa preocupação, refletindo a multiplicidade de papéis desempenhados pelos atores locais, ao mesmo tempo produtores e consumidores dos produtos e serviços gerados na experiência (p. 114-115).

A **dimensão social** constitui a base fundamental que alicerça e atribui sentido as próprias ações mais gerais empreendidas pela associação [...] As próprias atividades econômicas aparecem absolutamente indissociadas do próprio tecido da vida social (ou comunitária) no local. Em tal prática parece promover-se de modo efetivo aquilo que tem sido levantado mais recentemente em diversos fóruns internacionais de debate como o horizonte de superação das crises atuais: a questão da reconciliação do econômico e do social, que fica perdida na dinâmica capitalista ao autonomizar-se a esfera econômica em relação as demais esferas da vida (p. 115).

A **dimensão política** nesta iniciativa afirma-se sobretudo como um agir no espaço público, ou seja, as atividades econômicas são empreendidas para enfrentar problemáticas locais específicas ligadas a melhoria das condições de vida das pessoas no bairro. É, portanto, atacando problemas públicos locais que a iniciativa afirma seu caráter político. Esta dimensão política relaciona-se aqui menos a uma forma de tomada de poder, e mais a uma ação que projeta-se num espaço público. É sobretudo político o fato mesmo dos moradores tomarem consciência acerca dos problemas vividos localmente e apoderarem-se do seu território numa perspectiva transformadora. É político também o fato das ações empreendidas pela associação buscarem, para além da satisfação imediata das necessidades das pessoas implicadas, atingir o plano de uma reprodução ampliada das condições de vida mais gerais que afetam aquela população (p. 116).

Pensarmos a imbricação entre as diversas esferas da vida em sociedade significa, no caso da experiência dos Bancos

Comunitários, alçar as formas locais de sociabilidade à centralidade da construção de novos modelos de organização da atividade econômica, os quais necessariamente devem vir a engendrar novos modelos de participação política no âmbito comunitário, com a instituição de espaços públicos [5] de um novo tipo, denominado pelo autor como espaços públicos de proximidade (FRANÇA FILHO, 2006, p.69). Em realidade, trata-se da constituição de um modelo sociopolítico de organização da vida comunitária, pautado no planejamento sistêmico de todas questões relativas à reprodução ampliada da vida [6], e centrado na discussão pública e democrática que objetiva tanto a construção conjunta da oferta e da demanda local de bens e serviços econômicos quanto a resolução de outras problemáticas comuns a seus membros.

4. Possibilidades de Ação dos Bancos Comunitários Frente às Práticas de Gestão e Exploração da Pobreza

Depreende-se das colocações de França Filho (2006) que a especificidade das práticas desempenhadas pelos Bancos Comunitários se relaciona, em alguns casos exemplares, com a mobilização e organização coletiva dos moradores de regiões empobrecidas visando interferir nas dinâmicas já estabelecidas entre os bairros de periferia e os espaços centrais de produção e reprodução de bens materiais e simbólicos. Tal ação se daria em duas direções distintas e convergentes, relacionadas respectivamente às dimensões econômica e política da atuação desempenhadas pelos Bancos Comunitários, sendo que ambas tendem a se apoiar basicamente na força de retroalimentação dos laços sociais comunitários e na medida em que esta dimensão social possibilite efetivamente uma articulação política democrática entre os moradores de uma região.

Em relação à dimensão econômica da ação dos Bancos Comunitários, um primeiro aspecto que importa destacar em nossa análise refere-se à vocação de tais iniciativas em interferirem tanto nas diversas formas de precarização e funcionalização da gestão do trabalho, viabilizadas atualmente pela realização de trabalhos assistencialistas e pelo desenvolvimento de redes de subcontratação via trabalho domiciliar e cooperativo (RIZEK; GEORGES, 2008), quanto nos mecanismos de gerenciamento da renda das pessoas possibilitada pela expansão da lógica do endividamento e da desvinculação entre renda e consumo (SCIRÈ, 2009; 2010). Tal interferência se daria, em um primeiro plano, a partir da construção conjunta da oferta e da demanda local (FRANÇA FILHO; SILVA JÚNIOR, 2006), a qual permitiria o planejamento autônomo de projetos produtivos que seriam definidos democraticamente pelos moradores considerando-se as potencialidades e as necessidades econômicas do bairro ou da região. Estes projetos seriam diretamente apoiados pelas linhas de crédito produtivo oferecidas pelos Bancos Comunitários aos agen-

tes econômicos locais. Num segundo plano, o estabelecimento de uma linha de crédito voltada especificamente para o consumo e oferecida por meio de uma moeda social que circula exclusivamente no interior de um circuito econômico definido, tende a favorecer a consolidação dos projetos produtivos já constituídos, visto que induzem o consumo final dos moradores em direção aos empreendimentos locais, e não às grandes redes varejistas. Trata-se, em ambos os casos, de estancar os fluxos econômicos monetários e materiais que tendencialmente se direcionam para o centro do sistema econômico hegemônico, a partir da construção democrática de uma rede de colaboração solidária local pautada na constituição de um sistema econômico alternativo alavancado pela conjugação entre a produção e o consumo solidários (MANÇE, 2002). Considerando-se a improbabilidade deste sistema local se constituir num todo auto suficiente, ocupando gradativamente todos os elos econômicos das cadeias produtivas, caberia a esta rede de colaboração específica buscar se agregar a outras redes solidárias constituídas em outros âmbitos espaciais, de modo a ampliar as condições de sustentabilidade local a partir de um intercâmbio mais justo e igualitário com outras redes ou empreendimentos econômicos.

A esta dimensão econômica imbrica-se, necessariamente, uma dimensão política referente ao processo de constituição e consolidação de espaços públicos de proximidade típico das experiências dos Bancos Comunitários (FRANÇA FILHO, 2006). Entretanto, a despeito de promoverem a existência de “[...] um espaço dedicado à própria expressão dos participantes que decidem agir para resolver seus problemas comuns” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006:298), e considerando-o em relação ao processo contemporâneo de expansão da gestão da pobreza nas periferias urbanas (TELLES, 2001; FELTRAN, 2011), o qual tenderia a circunscrever estes grupos sociais e suas reivindicações em seu próprio território (levando no fundo a uma despolitização de tais questões), entendemos que a constituição destes espaços públicos de proximidade é em si mesmo insuficiente para alterar a condição marginalizada de grupos inferiormente situados na hierarquia social, dado seu caráter individualizado e circunscrito. Ainda que tais espaços estejam centrados na discussão democrática de questões relacionadas à reprodução ampliada da vida e à reivindicação por direitos, “[...] implicando assim uma abertura de sua ação sobre um espaço público” (FRANÇA FILHO; SILVA, 2006: 99), torna-se importante considerá-los também em relação à condição de vulnerabilidade política de tais territórios, condicionada em boa medida pelas condições de exercício das políticas de governo, variantes em cada período histórico e que definem a “segregação e distribuição de recursos” (ALMEIDA et al., 2008). No entanto, a análise da institucionalidade das práticas de Economia Solidária no Brasil permite à Laville e França Filho observarem a integração de tais experiências em um outro nível de constituição do espaço público, denominado pelos autores de espaços públicos intermediários:

Mais do que instâncias emergentes, como no

primeiro registro, este tem a vocação para constituir-se como espaços de regulação de um campo de práticas que se afirma também, cada vez mais, como movimento social de um tipo completamente novo, ao que parece. Tais espaços representam assim instâncias privilegiadas de interlocução de um movimento de atores com o Estado [...] Em suma, neste segundo registro observa-se o surgimento de espaços públicos mais institucionalizados, em razão de um duplo caráter adicional: eles são pré-definidos na dinâmica dos atores e estendem-se numa escala muito mais ampliada no seio da própria sociedade (FRANÇA FILHO, 2006, p.70).

Seria este duplo registro de inscrição no espaço público, observado pelos autores em relação às práticas contemporâneas de Economia Solidária, capaz de se apresentar como uma forma alternativa de promoção da universalização do acesso aos direitos de cidadania, ou melhor, será que a instituição de novos tipos de espaço público provenientes destas formas inéditas de auto-organização política (FRANÇA FILHO, 2006) cumpriria o papel de mediação do acesso ascendente das reivindicações populares ao mundo público? As características relacionadas aos Bancos Comunitários tratadas aqui referem-se a certa vocação destas iniciativas enquanto práticas originais e singulares de Economia Solidária. A efetivação do potencial de realização destas experiências, ainda que passível de ser observada em alguma medida no trabalho realizado por alguns Bancos Comunitários brasileiros, ainda é manifestada de maneira bastante desigual a depender do empreendimento analisado, sendo condicionada por “[...] um conjunto de fatores relacionados tanto ao contexto específico de cada prática, quanto ao seu ambiente institucional mais amplo” (FRANÇA FILHO, 2013, p.91). Neste sentido, um aspecto que por fim merece ser destacado diz respeito às disputas de espaço de legitimação nas relações sociais locais que necessariamente emergirão com a iniciativa de se instituir um projeto de desenvolvimento local e sustentável pautado pela proposta de reordenamento das relações de trabalho, a partir da organização coletiva e autogestionária das atividades econômicas. Se, conforme vimos, o conjunto de transformações políticas e sociais ocorridos desde a década de 1970 implicaram num deslocamento fundamental nos “[...] pilares da dinâmica social de ocupação destes territórios - a migração, o trabalho fabril, a família operária, a teologia católica e a expectativa de mobilidade ascendente” (FELTRAN, 2011, p.2), qualquer tentativa de mobilização e organização coletiva dos moradores de bairros de periferia irá se deparar com as novas dinâmicas sociais que perpassam estes territórios no contexto do Brasil contemporâneo, sendo justamente no bojo de tais dinâmicas que se constituirão os espaços de disputa por legitimidade social, seja no âmbito local, seja no âmbito público.

5. Considerações Finais

O presente artigo pretendeu situar as experiências contemporâneas dos Bancos Comunitários dentro da atual conjuntura política e econômica brasileira, especificamente ao que se refere às transformações sentidas nas dinâmicas cotidianas dos bairros de periferia urbana após o período de redemocratização do país, visto que o surgimento dos primeiros bancos esteve intrinsecamente relacionado ao modelo marginalizante de produção do espaço urbano no Brasil. Para tanto, valemo-nos, de um lado, de alguns estudos etnográficos oriundos da sociologia urbana nacional, a qual tem se dedicado à compreensão mais ampla do fenômeno das periferias urbanas brasileiras, no tocante às questões e elementos presentes atualmente nas dinâmicas sociais que integram e atravessam a produção cotidiana da vida nestas localidades, de modo a relacionar os contextos situados de análise com a totalidade da realidade social contemporânea. Desta forma, estivemos em consonância com Rosa (2008), quando a autora afirma que:

[...] uma abordagem processual e histórica da produção de favelas e periferias urbanas, entendidas como fenômenos em formação, como tramas em constante transformação, pode revelar não apenas algumas das continuidades e rupturas que ao longo dos últimos trinta anos se estabeleceram frente às dinâmicas socioespaciais que as produzem, mas, principalmente, as relações entre permanência e mudança que as constituem historicamente (p. 187).

De outro lado, retomamos alguns materiais sistematizados e estudos já realizados sobre a primeira experiência de Banco Comunitário no Brasil, o Banco Palmas (Fortaleza/CE), de forma a obter alguns elementos conceituais que permitissem confrontarmos analiticamente a vocação política e econômica destas recentes experiências de Economia Solidária frente aos processos de gestão da pobreza atualmente em curso nos bairros de periferia urbana. Por se tratar de um trabalho alimentado exclusivamente por fontes de dados secundários, entendemos que este exercício reflexivo possui alcance limitado, servindo modestamente como ponto de partida para elaboração de questões de pesquisas participantes ou etnográficas que possam ampliar tal análise a partir da escolha de contextos situados de investigação. De todo modo, acreditamos ter cumprido o objetivo de complexificarmos o debate sobre os Bancos Comunitários no Brasil, ao inserirmos em tal discussão alguns aspectos propriamente sociológicos que permeiam esta prática social.

Notas

[1] Como ilustração do que estamos afirmando, Magalhães Júnior (2006) cita em seu trabalho uma fala proferida pelo Presidente da República em exercício, Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante um Seminário Internacional sobre Relações de Trabalho, ocorrido em 1997. Segundo o

autor, FHC deixou claro em sua declaração o projeto societário que sobreviria aos programas políticos e econômicos neoliberais implementados no país, ao formular na ocasião o neologismo dos ‘inempregáveis’: “O processo global de desenvolvimento econômico cria pessoas dispensáveis no processo produtivo, que são crescentemente ‘inempregáveis’, por falta de qualificação e pelo desinteresse em empregá-las” (MAGALHÃES JÚNIOR, 2006, p.21).

[2] Compartilhamos o entendimento de Feltran (2011) acerca desta categoria analítica: “A categoria fronteira é mobilizada por preservar o sentido de divisão, de demarcação, e por ser também, e sobretudo, uma norma de regulação dos fluxos que atravessam, e portanto conectam aquilo que se divide. Fronteiras se estabelecem justamente para regular os canais de contato existentes entre grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam. Onde há fronteira, há comunicação; de um tipo desigual e controlada. Se há fronteira, é justamente para controlar a comunicação entre as partes. Olhar para as conexões, portanto, exige desnaturalizar o ‘dever ser’ do todo social, bem como de sua divisão constitutiva” (p. 15).

[3] De acordo com Almeida et al. (2008), “[...] o que chamamos de ‘situações periféricas’ não se refere a um estado de exclusão, mas a contextos sociais em que há acesso precário a melhorias materiais e a recursos simbólicos. O termo ‘periférico’ deve-se ao fato de o ‘foco’ empírico estar na posição hierarquicamente inferior do espaço social, distante das centralidades da produção e reprodução de bens materiais e simbólicos com maior valor social” (p. 111).

[4] “A moeda social circulante local é uma moeda criada pelo Banco Comunitário, complementar à moeda nacional, o real, objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando localmente trabalho e renda” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2009, p.24).

[5] Segundo Jean Louis Laville e França Filho (2006): “A noção de espaço público é aqui considerada numa acepção original, em que destaca-se seu duplo sentido: ao contrário de uma dissociação entre espaços público e econômico, sua constituição é relacionada ao desenvolvimento da atividade econômica e aos atores que se encontram nela envolvidos. O registro habitualmente qualificado de infrapolítico (isto é, relacionado à dinâmica de socialização dos indivíduos em seu cotidiano no interior da sociedade civil – e que em geral não se considera como fazendo parte de um registro de lógica política) é reavaliado, mostrando que aí pode acontecer uma publicização da ação coletiva” (p. 298).

[6] A reprodução ampliada da vida, para França Filho e Silva Júnior (2006), “[...] abrange tanto o plano do nível de renda quanto aquele das suas condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando assim uma abertura de sua ação sobre um espaço público” (p. 99).

Referencias

- ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos CEBRAP* (82), novembro 2008 . p. 109-130 .
- ARAÚJO, Y. M. C. Bancos comunitários e a economia solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros - MG. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. Favela do conjunto Palmeiras: habitando o inabitável. Fortaleza: ASMOCONP, 1990. v.1. Coleção “Memórias de Nossas Lutas”.
- BERGAMIN, M. de A. Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio. Tese (Doutorado). Centro de Educação e Ciências humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2012.
- BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010.
- CAMARGO, C. P. F. de. et al. São Paulo 1975: Crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- FELTRAN, G. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana . *Revista de Antropologia*. n. 53, v.2, Universidade de São Paulo, 2010, p. 565-610.
- _____. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo, SP: Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO et al. (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 57-71.
- _____. Por que os BCDs são uma forma de organização original? In: NESOL-USP. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013, p. 83-93.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J.L. Conclusão. In: FRANÇA FILHO, G. C. de et al (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 297-305.
- FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro. In: _____ et al (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 97-116.
- GEORGES, I.; RIZEK, C. A periferia dos direitos. In: 32 Encontro Nacional da ANPOCS, 2008, Caxambu. GT Trabalho e sindicalismo no Brasil Contemporâneo. Anais... São Paulo: ANPOCS, 2008. v. 1. p. 2-22.
- GEORGES, I.; SILVA, C. F. A naturalização da precariedade: trabalho informal, autônomo e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 2008. v. 13. p. 79-95.
- LEITE, M. de P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: VÉRAS, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 2011, p. 29-63.
- MAGALHÃES JÚNIOR, J. C. O mercado da dádiva: formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária – Aspectos Econômico- Filosóficos: Complexidade e Libertação. Petrópolis, Vozes, 2002.
- MATTOS, A. H. G. Mulheres nos Bancos Comunitários de desenvolvimento da Bahia: Percepções de gênero das agentes de crédito sobre seu papel profissional. Dissertação (Mestrado) – Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- MELO NETO SEGUNDO, J. J. de; MAGALHÃES, S. (Org.). MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. (org.). *Bairros pobres – ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Lamparina, 2003.
- _____. *O Poder do Circulante Local: A Moeda Social no Conjunto Palmeira*. Fortaleza, 2005a.
- _____. *Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito: Uma relação necessária para potencializar as finanças na periferia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005b.
- _____. *Banco comunitário de desenvolvimento: Uma rede sob comando da comunidade*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.
- _____. *Bancos comunitários*. In: *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, v. 14, n. 41, nov. 2009, p. 21-26.
- PASSOS, Ó. A. V. D. Estudo exploratório em Bancos Comunitários: conceitos, características e sustentabilidade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós- Graduação em Administração da Escola de Administração, Salvador, 2007.
- PAULINO, A. G. L. Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2008.
- ROSA, T. T. Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do "Gonzaga" de favela a bairro de periferia. Dissertação (mestrado). Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- _____. *Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu - MG. Anais... São Paulo, ANPOCS,

- 2009.
- SCIRÉ, C. D. de O. Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo , 2009.
- _____. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. *Teoria & Pesquisa*, v. 20, p. 65, 2011.
- SERPA, L. C. M. da R. Geração de trabalho e renda de forma sustentável através da economia solidária: a experiência do Banco Palmas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza-CE, 2008.
- SILVA, A. G. Bancos Comunitários: Impactos do Microcrédito e sua Influência nas famílias da região metropolitana de Pernambuco. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, 2009.
- TELLES, V. da S. Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.